



# **PRECONCEITO LINGUÍSTICO: UM PROBLEMA SOCIAL E PEDAGÓGICO**

**Samuel MACHADO<sup>1</sup>**

**Jones Ferreira VICENTE<sup>2</sup>**

## **RESUMO:**

Através da metodologia de análise bibliográfica qualitativa o presente trabalho tem como objetivo abordar a questão do preconceito linguístico no ensino da língua portuguesa, em que muitos professores não diferenciam a língua falada da língua escrita. Isso resulta em uma abordagem baseada no gramaticismo, impondo aos alunos o ensino da gramática normativa e negligenciando a riqueza linguística que eles trazem consigo. Estudos sociolinguísticos demonstram que a língua é um fenômeno complexo e dinâmico, influenciado por diversos fatores sociais, culturais e históricos. Embora a gramática seja relevante para compreender a estrutura da língua escrita, impor normas na fala dos alunos desconsidera o contexto e as influências presentes. Tanto a língua falada quanto a língua escrita são igualmente importantes e não devem ser desvalorizadas. A escola tem a responsabilidade de ensinar a língua escrita padrão, porém, também deve promover a leitura, interpretação e produção de textos de maneira contextualizada. O ensino não deve se limitar às regras gramaticais normativas, mas buscar uma aprendizagem significativa. Através desse enfoque, os alunos serão capazes de desenvolver habilidades de leitura e escrita de forma efetiva, considerando a realidade e as práticas efetivas da língua.

**PALAVRAS-CHAVE:** PRECONCEITO; GRAMÁTICA; ENSINO; FALA

## **INTRODUÇÃO.**

Embora seja muito discutido nos cursos de Licenciatura em Letras a relação do sujeito e seu discurso, muitos professores em salas de aula não diferenciam a língua falada da língua escrita, cometendo assim, preconceito linguístico no ensino de língua portuguesa, pois se prendem ao gramaticismo, impondo aos alunos o ensino da gramática normativa como recurso para interferir na fala, e desprezando assim a riqueza linguística que o aluno traz consigo.

Os estudos que envolvem o preconceito linguístico surgiram de um ramo dos estudos sociolinguísticos de William Labov (2014), que no séc. XX, passou a estudar a linguagem como uma forma de expressão do sujeito na sociedade, pois dentro da linguagem do sujeito há

---

<sup>1</sup> Graduando em Letras – FIRA – Faculdades Integradas Regionais de Avaré. – 18700-902 – Avaré – SP – Brasil.

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Letras – FIRA – Faculdades Integradas Regionais de Avaré – 18700-902 – Avaré-SP – Brasil

vários fatores que a influenciam (como posição social, cultura, contexto histórico, nível educacional, dentre outros).

A partir desses estudos, passou-se a entender que a língua é um processo dinâmico, levantando várias discussões sobre o preconceito linguístico, que é a ideia de que uma linguagem é superior a outra por haver menos erros gramaticais, tal ideia é preconceituosa por não levar em consideração nenhum dos fatores que influenciam a linguagem.

Através da metodologia de análise bibliográfica de autores que discorrem como Marcos Bagno (2007) e Sírio Possenti (2000) acerca deste tema, este trabalho tem como objetivo discutir sobre os prejuízos do preconceito linguístico no ensino da língua portuguesa e como a escola pode se tornar um ambiente conscientizador, onde tanto os alunos quanto os professores devem entender a importante diferença entre língua falada e língua escrita.

## **1-DESENVOLVIMENTO**

O ensino da Língua Portuguesa, particularmente da gramática, é tema de longa data nos debates educacionais. A necessidade de ensinar a gramática normativa para que os alunos "falem bem" e "escrevam corretamente" é questionada à luz da crescente variedade linguística em nossa sociedade. Definir "falar bem" apenas como aderir à norma culta ignora a riqueza da variação linguística, excluindo diferentes vozes e perpetuando desigualdades. Uma abordagem mais inclusiva deve reconhecer e valorizar as diversas formas de expressão linguística, capacitando os alunos a serem competentes em diversas variedades linguísticas, incluindo a norma culta, para uma comunicação eficaz e inclusiva em uma sociedade diversa.

No passado, a variação linguística era frequentemente negligenciada nas abordagens pedagógicas de professores de Língua Portuguesa, que aderiam ao paradigma conservador de conceber a língua como um "padrão abstrato" independente dos falantes. Até meados do século XX, as escolas direcionavam seus esforços principalmente para atender à elite, promovendo o ensino da norma linguística tradicional, deixando em segundo plano a compreensão e a valorização das diferentes variações linguísticas presentes na sociedade. Esse enfoque restrito refletia a ideia de que a língua era imutável, desconsiderando as dinâmicas de mudança e adaptação que as línguas naturais experimentam ao longo do tempo e em diferentes contextos.

No entanto, com a democratização do ensino nos anos 60, o público escolar diversificou-se, incluindo alunos de origens diversas (FIGUEIREDO; ALMEIDA; OLIVEIRA, 2016, p.2). Isso culminou em um conflito linguístico, visto que a linguagem desses novos alunos frequentemente divergia das normas promovidas pelas escolas, que

persistiam na ênfase da gramática tradicional. Nesse cenário, muitos professores optaram por ignorar essa divergência e continuaram a manter os padrões gramaticais tradicionais como a única medida de competência linguística, criando assim um distanciamento entre a realidade linguística dos alunos e o que era ensinado em sala de aula. Isso não apenas perpetuava a exclusão de uma parcela significativa da população, mas também gerava uma desvalorização das variedades linguísticas utilizadas no cotidiano dos alunos, limitando a compreensão da diversidade linguística.

Os estudos acerca da sociolinguística e da variação linguística iniciaram com um dos pioneiros, William Labov, que sempre procurou estudar a língua como um fato social exterior ao indivíduo:

O dogma central da sociolinguística é que a comunidade é anterior (tem prioridade sobre) ao indivíduo. Isso significa que na análise linguística o comportamento de um indivíduo só pode ser entendido através do estudo dos grupos sociais de que ele é um dos membros. Seguindo a abordagem esboçada em Weinreich et al. (1968), a língua é vista como um padrão abstrato localizado na comunidade de fala, exterior ao indivíduo (...). Segue-se que o indivíduo não é uma unidade de análise linguística. Embora os registros e julgamentos em que este trabalho é baseado sejam colhidos de indivíduos falantes, o foco não está em seus comportamentos idiossincráticos, mas, em vez disso, na forma como eles se conformam aos padrões generalizados da comunidade. (LABOV, 2010, p.7, apud MARRA e SEBASTIÃO, 2014, p. 61-62):

Assim, a linguagem representa um dos aspectos mais intrincados da sociedade, visto que é afetada por diversos fatores que influenciam sua variação que está presente em todas as línguas naturais, é adaptada de forma a atender às necessidades de comunicação dos falantes. As normas que orientam essa diversidade linguística estão estreitamente relacionadas com a estrutura e os valores da sociedade em que essas variações ocorrem.

A chamada norma culta ou padrão, definida em algumas gramáticas, é favorecida em relação a outras formas de linguagem. Contudo, os critérios subjetivos que determinam a elevação de uma variedade linguística ao status de norma padrão são questionáveis, especialmente em um país como o Brasil, marcado por sua vasta extensão territorial, desigualdades socioeconômicas e disparidades no acesso à educação formal (FIGUEIREDO; ALMEIDA; OLIVEIRA (2016, p.4-5).

De acordo com Bagno (2007, p.9), é necessário um esforço substancial para evitar cometer o equívoco dos gramáticos tradicionalistas, que consiste em analisar a língua como uma entidade estática, negligenciando completamente as pessoas que a utilizam em sua vivacidade.

Assim, podemos entender que a língua além de complexa, também é viva, e está em constantes mudanças causadas por fatores sociais, regionais, econômicos, temporais e

culturais, ou seja, separar o contexto social do contexto de utilização da língua é abordá-la de maneira mecânica, alheia à realidade das pessoas que a empregam (OLIVEIRA, 2017, p. 5) logo, tratar a língua com o puro gramaticismo é tratar a língua de forma superficial.

A gramática é importante para entender a estrutura da língua, para que assim se estabeleça uma norma padrão na escrita, o que é necessária para a criação de textos formais. Dentro da nossa língua existem várias gramáticas, pois existem mais de uma perspectiva de análise da estrutura da língua, sendo elas gramática normativa, descritiva, histórica e comparativa.

Na maioria das salas de aula hoje é ensinada a gramática normativa ou gramática padrão ( por ser a que mais se aproxima da linguagem culta), esta gramática se esforçou em criar padrões considerados ótimos para a linguagem escrita, com base na utilização que os mais renomados usuários da língua, conhecidos como "grandes escritores," tanto poetas quanto prosadores, faziam e continuam a fazer (RANGEL e VIVIANY, 2016, p.6).

Entretando, existem muitos grandes escritores na nossa língua que não seguiram o padrão da língua, e mesmo assim criam grandes obras literárias, como Guimarães Rosa, que através de sua escrita regionalista, revolucionou a forma de produção literária.

De acordo com Possenti (2000, p.17) “[...] objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico.”, ou seja, é objetivo da escola ensinar a escrever através da gramática, mas não é objetivo da escola ensinar o aluno a falar, porque ao impor uma norma na fala do aluno e corrigir os erros gramaticais, o professor desconsidera as importantes influências que existem no contexto do aluno.

Visto que uma não é mais importante do que a outra, tanto língua falada quanto a língua escrita, não devemos jamais desprezar uma em decorrência da outra. De acordo com Oliveira (2017 p.6), não se tem a intenção nem seria sensato excluir do ensino de gramática aqueles que utilizam a língua, uma vez que tanto na língua escrita quanto na falada, existem padrões que, quando reconhecidos, facilitam a compreensão do idioma.

Isso não implica, logicamente, que ao reconhecer a norma, se encerrem todas as formas de uso de uma língua, principalmente porque a escrita não reflete com precisão a fala e vice-versa. Tanto a escrita quanto a fala representam duas maneiras de expressão da língua

O que ocorre em muitas salas de aula é o preconceito por parte dos professores a respeito da língua falada que o aluno traz consigo, pois se disseminou a ideia que para se “falar bem” devesse falar gramaticalmente certo, como se a norma padrão fosse a língua de verdade, e aqueles que não a dominam são pessoas “sem língua”, se realmente acreditarmos

que existe uma única língua certa, ou seja, a língua culta (BAGNO, 2007, p. 16). Este é um erro gravíssimo, pois quando o aluno não consegue aprender a língua padrão, atribui-se o fracasso a ele e não a escola, que muitas vezes por falta de estrutura ou competência, não conseguem ensinar de forma efetiva, do mesmo modo não se deve jamais deixar de ensinar os alunos a escrever ou a ler, pois este é o papel da escola.

Por mais que este seja um assunto debatido nos cursos de licenciatura, ainda há muitos educadores que praticam este preconceito, negligenciando esta distinção entre língua oral e escrita, subestimando a riqueza da linguística diversidade que é trazida por seus alunos, obrigando-os a aprender uma gramática cheia de regras que pode dificultar a produção de textos.

De acordo com Possenti (2000, p. 49) “Ler e escrever são trabalhos essenciais no processo de aprendizagem. Mas, não são exercícios. Se não passarem de exercícios eventuais, apenas para avaliação, certamente sua contribuição para o domínio da escrita será praticamente nula.”, logo, não devemos desatribuir da escola a responsabilidade da necessidade de ensinar aos seus alunos a língua escrita padrão, não para que aprendam a falar nesta língua, mas para que sejam capazes de ler, interpretar e produzir através desta forma de linguagem, e só poderá haver uma aprendizagem significativa se houver um trabalho além do ensino de regras da gramática normativa que, na prática real da língua, não são verdadeiramente úteis, pois, “O domínio de uma língua[...]é o resultado de práticas efetivas, significativas, contextualizadas.”(Possenti, 2000, p.47). Então, se não há uso contextualizado, real, de uma linguagem, também dificilmente se terá uma aprendizagem significativa dela.

Sendo assim, também será necessário discutir-se o que é texto e qual a importância da produção textual dentro da sala de aula para uma aprendizagem mais eficaz, visto que por meio da produção de textos o estudante tem a possibilidade de se expressar através deles, deixando de ser um sujeito passivo (ARAÚJO et al (2021, p.1), dando significado para o que se é aprendido em sala de aula através da gramática.

Porém não existe apenas uma forma de escrita, e por este motivo na língua portuguesa não existe “errado” ou “certo”, mas sim “adequado” e “inadequado”. É necessário que textos formais sigam uma gramática padrão, pois isso é o adequado, mas produções textuais criativas que agucem a imaginação do aluno, não sendo textos formais, não necessitam que sigam a gramática padrão pois estes textos dão espaço e liberdade para ele se expressar.

O que frequentemente ocorre nas salas de aula é a ênfase excessiva na cobrança de conhecimentos relacionados à ortografia e gramática, negligenciando uma parte igualmente crucial da educação. É evidente que simplesmente memorizar regras e terminologia, ou

transformar o processo de escrita em uma atividade mecânica e artificial, desprovida de contexto, não contribuirá significativamente para o aprendizado dos estudantes (ARAÚJO; MACENA et al.2021, p.2).

Certamente, o desperdício de tempo em atividades que não contribuem de maneira significativa para o aprendizado é uma preocupação legítima no campo da Educação. É fundamental que os educadores analisem criticamente suas abordagens pedagógicas e busquem estratégias que otimizem o tempo de sala de aula. Em particular, no contexto do ensino de Língua Portuguesa, é crucial promover atividades que sejam envolventes e promovam a compreensão profunda da língua, incentivando os alunos a aplicarem seus conhecimentos em situações do mundo real.

Ao reavaliar as didáticas em sala de aula, os educadores podem se esforçar para tornar o ensino de Língua Portuguesa mais eficaz. Isso implica adotar abordagens que não apenas se concentrem na gramática e na estrutura da língua, mas que também promovam a comunicação oral e escrita. Valorizar a diversidade linguística é essencial, pois reconhece que a língua é uma ferramenta viva que evolui e se adapta com o tempo, incorporando influências culturais e regionais.

Portanto, os educadores desempenham um papel essencial ao promover uma educação contextualizada e significativa, capacitando os alunos a desenvolver habilidades de leitura e escrita que considerem a realidade linguística diversificada. Isso implica em abraçar a pluralidade de vozes e idiomas que compõem a nossa sociedade, reconhecendo que não existe uma única forma "correta" de se comunicar. Ao fazer isso, contribuimos para uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a riqueza de vozes e culturas enriquece o panorama linguístico e cultural do país, fortalecendo o entendimento e o respeito mútuo entre os indivíduos, ao mesmo tempo em que ampliamos as oportunidades para o sucesso acadêmico e social de todos os alunos, independentemente de sua origem linguística ou cultural.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

É fundamental destacar a importância da discussão sobre o preconceito linguístico no ensino da Língua Portuguesa. A língua é um reflexo da sociedade e sua complexidade reside na diversidade de formas de expressão que a permeiam. Negligenciar a riqueza linguística trazida pelos alunos, impondo a norma culta como único padrão de excelência, é um equívoco pedagógico que prejudica o processo educacional.

Tanto a língua falada quanto a escrita têm seus próprios contextos e normas, e ambas desempenham papéis importantes na vida dos estudantes. A língua escrita padrão é

fundamental para a comunicação formal e para a compreensão de textos complexos. No entanto, isso não deve implicar na desvalorização da língua falada dos alunos, que é uma expressão viva de suas experiências e identidade.

A escola deve se esforçar para criar um ambiente conscientizador, onde os professores compreendam a distinção entre língua falada e escrita, promovendo o respeito à diversidade linguística. A aprendizagem da gramática normativa não deve ser uma mera memorização de regras, mas sim contextualizada e significativa para os estudantes.

O enfrentamento do preconceito linguístico no ensino da Língua Portuguesa não é apenas uma questão educacional, mas um compromisso essencial para construir uma sociedade mais inclusiva e informada. A língua é um espelho da diversidade e complexidade da nossa cultura, e a escola desempenha um papel crucial na formação de cidadãos críticos e habilidosos em todas as suas manifestações linguísticas.

Ao abraçarmos a riqueza da variação linguística e reconhecermos a importância tanto da língua escrita padrão quanto da língua falada, estamos capacitando os alunos a se expressarem plenamente e a compreenderem melhor o mundo que os cerca. Portanto, o preconceito linguístico não tem lugar na educação de qualidade, e é o momento de promover um ambiente de aprendizado que celebre e valorize a diversidade linguística, capacitando os alunos para se tornarem comunicadores competentes e cidadãos conscientes. Esta abordagem não apenas enriquece o repertório linguístico dos estudantes, mas também fomenta a inclusão, promovendo a igualdade de oportunidades e a compreensão mútua em uma sociedade cada vez mais diversificada e interconectada.

#### REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Helen Aureliano Santos De et al. **A importância da produção escrita na sala de aula**. VII CONEDU - Conedu em Casa... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/82368>>. Acesso em: 20 out 2023

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 49. ed. São Paulo. Edições Loyola. 2007

FIGUEREIDO, Joana Gomes dos Santos; ALMEIDA, Fernanda dos Santos; OLIVEIRA, Josane Moreira de. **Heterogeneidade Linguística X Ensino Da Língua Portuguesa**. XVII CONGRESSO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA. 2016 Disponível em: <<http://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0488-1.pdf>> Acesso em: 24 out 2023

MARRA, Daniel; ELIAS MILANI, Sebastião. **O locus da língua: reflexões metateóricas acerca da noção de língua como um fato social em William Labov**. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/19708>>. Acesso em: 28 mai. 2023

OLIVEIRA, Thiago Soares de. **A sociolinguística e a questão da variação: um panorama geral**. R. Letras, Curitiba, v. 19, n. 25, p. 01-18, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rl/article/view/3168/4551>>. Acesso em: 29 mar. 2023

POSSENTI, Sírio. **Por Que (Não) Ensinar Gramática Na Escola**. 6. ed. Campinas. Mercado de Letras. 2000.

RANGEL, Márcia; VIVIANY, Claudia. **As Incoerências Na Análise Linguística Do Ensino De Língua Materna Na Perspectiva Normativa**. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN .2016. Disponível em: <[TRABALHO\\_EV056\\_MD1\\_SA15\\_ID4017\\_14082016223531.pdf\(editorarealize.com.br\)](http://TRABALHO_EV056_MD1_SA15_ID4017_14082016223531.pdf(editorarealize.com.br))>. Acesso em 26 out. 2023